artigos 420 e 428-B da pauta destinados ao fabrico de redes de pesca.

§ único. O peso real do fio importado ao abrigo deste artigo deverá constar dos respectivos bilhetes de despacho de importação, servindo este peso para o cálculo da restituição de direitos a efectuar.

Art. 2.º Na exportação de redes de pesca efectuada ao abrigo deste regime restituir-se-á a totalidade dos direitos correspondentes ao fio sintético que contenham, não sendo de admitir em tais redes a presença de fibras não sintéticas.

Art. 3.º É permitido aos importadores, sem dependência de prévio despacho ministerial, usar da faculdade de garantir os direitos nos termos do artigo 443.º-A do Regulamento das Alfândegas.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Março de 1959. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — António Manuel Pinto Barbosa.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Portaria n.º 17 090

Sendo conveniente premiar os alunos dos cursos especiais de oficiais da reserva naval que durante a frequência do curso se distinguirem na aplicação ao estudo e melhores qualidades militares revelarem:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, publicar o seguinte:

Regulamento para a Concessão do Prémio Reserva Naval

1. É criado na Escola Naval um prémio com a designação de «Prémio Reserva Naval», a atribuir anualmente ao aluno dos cursos especiais de oficiais da reserva naval mais classificado no conjunto da média da frequência escolar e classificação de carácter militar.

2. O prémio a atribuir ao aluno nas condições do número anterior consistirá numa obra de cultura militar ou científica ou num objecto de uso profissional.

3. O prémio será atribuído por um júri constituído de acordo com o n.º 7.º da Portaria n.º 16 714, de 27 de Maio de 1958, que estabelece as condições do recrutamento e da prestação de serviço dos reservistas da reserva naval.

4. O nome do aluno será publicado na *Ordem do Dia à Escola Naval* e na *Ordem do Dia à Armada*.

5. O prémio será entregue na cerimónia do juramento de bandeira, a realizar na Escola Naval em cada ano, no fim dos cursos especiais de oficiais da reserva naval.

Ministério da Marinha, 30 de Março de 1959. — O Ministro da Marinha, *Fernando Quintanilha Mendonça Dias*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 11 do corrente, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPÍTULO 3.º

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto

Artigo 251.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

Do n.º 2) «Pessoal contratado não pertencente aos quadros»	—	5.560\$00
--	---	-----------

Para o n.º 3) «Pessoal assalariado»	+	5.560\$00
---	---	-----------

Conforme o preceituado no artigo 13.º do Decreto n.º 42 047, de 23 de Dezembro do ano findo, esta alteração mereceu, por despacho de 14 do mês em curso, a confirmação de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento.

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 20 de Março de 1959. — O Chefe da Repartição, *Manuel Miranda*.